

O ESPORTE E A FORMAÇÃO MILITAR COMO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

O esporte oferece uma magnífica preparação para a vida e promove os mais nobres valores humanos: entusiasmo, trabalho em equipe, espírito de excelência, sacrifício e jogo limpo. Práticas desportivas podem contribuir para mudar o mundo. Ele tem o poder de unir as pessoas de uma forma que outras poucas coisas conseguem. O desporto pode criar esperança onde antes havia somente desespero.

Nelson Mandela

PAULO ANDRÉ DE BARROS CORRÊA*
Capitão de Fragata (T)

SUMÁRIO

Introdução
Inclusão e Exclusão Social
O esporte como ferramenta de inclusão social
A formação militar como ferramenta de inclusão social
Conclusões

INTRODUÇÃO

Utiliza-se o termo inclusão social para designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos na sociedade. Portanto, falar de inclusão social é remeter ao seu inverso, a exclusão social.

Assim, o paradigma da inclusão social consiste em transformar a sociedade num lugar viável para o indivíduo alcançar a satisfação das necessidades inerentes ao seu bem-estar. Contudo, observando-se o caso da sociedade brasileira, pode-se perceber que esta aspiração ainda está

* Chefe do Departamento de Administração do Instituto de Pesquisas da Marinha.

distante para uma quantidade considerável de pessoas.

A exclusão de alguns indivíduos do acesso às oportunidades existentes na sociedade é um fenômeno que tem sido percebido já há algum tempo pelo Estado brasileiro. Assim, políticas públicas e privadas têm sido fomentadas no sentido de mitigar tal situação, para que o Brasil possa se tornar um país com uma maior justiça social.

Dentre as diversas ações que são encontradas na literatura acadêmica que podem ser consideradas como ferramentas para inclusão social, destacam-se duas em especial: o incentivo à prática esportiva e a formação militar.

Tais ações se evidenciam em face de duas percepções diametralmente opostas da sociedade brasileira quanto ao momento atual. Se, por um lado, o Brasil sediou, neste ano de 2016, pela primeira vez os Jogos Olímpicos, o que tem trazido um momento de euforia e entusiasmo para sua população, por outro passa por séria crise política, econômico-financeira, social e moral.

A prática do esporte tem mostrado a capacidade de modificar a vida de muitas pessoas, principalmente de jovens e deficientes, incentivando-as a ultrapassar obstáculos por meio de superação de barreiras e limitações que a vida lhes impõe.

Tem sido observado que aqueles que praticam esportes possuem a oportunidade de criar uma percepção a respeito do mundo que os cerca. O esporte propicia a oportunidade de as pessoas se socializarem, treinando-as para a vida, a fim de que possam exercer os seus direitos e

compreender os seus deveres com disciplina e determinação. Prova desta visão é que as próprias entidades públicas e privadas têm financiado a realização de atividades esportivas, principalmente em comunidades carentes, pois consideram que este seja um meio eficaz de socialização e inclusão social.

Neste sentido, também historicamente têm caminhado as Forças Armadas. Fazendo-se uma leitura das publicações sobre o tema ora tratado, pode-se verificar que a iniciativa das Forças Armadas no sentido de propiciar oportunidades de inclusão social é antiga, tendo Da Costa (2005) reportado que em 1936 foi criada pelo Exército

Brasileiro a Colônia de Férias, uma das atividades precursoras do esporte recreativo como inclusão social no País, sob liderança do Capitão Inácio de Freitas Rolin e do Sargento Custódio Batista Lobo.

Atualmente, o Ministério da Defesa desenvolve vários

projetos e programas de inclusão social promovidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Forças no Esporte, o Projeto Soldado Cidadão, o Programa Calha Norte e o Projeto Rondon, além das Ações Cívico-Sociais que levam serviços do Estado a várias comunidades carentes do País.

Dentro das atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas no sentido de propiciar oportunidades de inclusão social, cabe mencionar a importância da formação militar como instrumento para propiciar aos jovens uma nova perspectiva no sentido de introduzi-los na sociedade. A formação militar tem sido vista como uma chance de

Ações encontradas na literatura acadêmica que podem ser consideradas como ferramentas para inclusão social: o incentivo à prática esportiva e a formação militar

despertar no jovem sentimentos de valores éticos e morais e de que ele tenha um aprendizado profissional, que em muitas vezes é o primeiro de sua vida.

Desta forma, este estudo objetiva buscar a compreensão do real significado do que se trata o fenômeno da inclusão social e de como o esporte e a formação militar contribuem para diminuir o problema da exclusão social no País.

INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

O fenômeno da inclusão social não pode ser entendido somente por meio de um conceito que tenha fim em si mesmo ou de forma autônoma. Implica entender que tal fenômeno está ligado ao que se denomina exclusão social, tendo em vista que só poderá ser implementada a inclusão social ao se partir do entendimento de que há uma parte de indivíduos que fora excluída da sociedade.

A exclusão é processo complexo e de muitas faces, com formato de proporções materiais políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, porque na verdade somente existe em relação à inclusão, como parte constitutiva dela. Não se constitui como estado ou mesmo como coisa. Ela é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros (SAWAIA, 1999).

A inclusão social corresponderia, então, não à polarização de fenômenos, em oposição à exclusão, mas está ligada a uma parcela da sociedade que se beneficiaria

do que não lhe pertencia outrora e que lhe fora concedido por uma política pública implantada para tal (MARTA, 2010).

De acordo com Rabia *et al.* (2006), a inclusão social representa o desenvolvimento de projetos de políticas públicas que possuem a capacidade de garantir, paulatinamente, aos indivíduos sua mudança do grupo dos excluídos para o de incluídos.

A COM 2003 (Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu) define inclusão social como o processo que garante aos indivíduos em risco de pobreza

e exclusão social ter acesso às oportunidades e aos recursos necessários para participarem completamente nas esferas econômica, social e cultural e que possam usufruir de um nível de vida e bem-estar tido como normal na sociedade em que vivem. Para a COM (2003), a exclusão social é um processo por meio do qual alguns indivíduos são colocados à mar-

gem da sociedade, não podendo ser inseridos completamente nela em razão de sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizado ao longo de sua vida, ou ainda em virtude de discriminação.

Segundo Sposati (1999), a ideia de inclusão social se apresenta como a possibilidade de exercício pleno dos direitos sociais e da cidadania, que são garantidos pelo Estado aos cidadãos, por meio das diretrizes estabelecidas no arcabouço jurídico. No Brasil, os direitos sociais estão dispostos na Constituição de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Este estudo objetiva buscar a compreensão do real significado do que se trata o fenômeno da inclusão social e de como o esporte e a formação militar contribuem para diminuir o problema da exclusão social no País

Para Sasaki (2004), na verdade, existe um paradigma da inclusão social. Ele consiste em fazer com que a sociedade se constitua num lugar onde seja exequível a convivência entre pessoas de todos os tipos e em condições de realização de direitos, potencialidade e necessidades. Para tanto, aqueles que são adeptos e favoráveis à inclusão estão trabalhando no sentido de transformar a sociedade, sua estrutura, suas atitudes, seus produtos e suas tecnologias em todos os aspectos: educação, esporte, lazer, trabalho, saúde e mídia, cultura e transporte, entre outros.

O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL

Nos últimos tempos, tem crescido a percepção de que o esporte pode ser utilizado para fomentar a inclusão social (KELLY, 2010).

Para Elias e Dunning (1992), o esporte se constitui numa maneira de substituir a violência, por meio de uma competição controlada, em que o respeito à vida é o fator primordial. Para estes autores, o esporte consegue atingir valores como coletivismo, amizade e solidariedade, sociabilizando as pessoas.

Oléias (1998) acredita que o esporte incentiva as pessoas a romper com o conformismo, fazendo-as exercitar papéis com novos significados, além de estreitar amizades, fortalecer grupos e motivá-las para o enfrentamento de conflitos, assim como para a busca de soluções coletivas e conscientes.

Lima (2014) acredita que o desporto é uma ferramenta poderosa na proteção social e no resgate de crianças e jovens que

sonham com um futuro melhor, fazendo com que eles tenham melhor desempenho escolar e fiquem fora das ruas, podendo, assim, almejar um futuro na sociedade.

O próprio governo brasileiro, a partir deste mesmo entendimento dos pesquisadores acima citados, criou a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis), responsável pela implantação de diretrizes relativas aos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social.

Já Gomes Tubino (2002) possui uma visão multidimensional do assunto. Esse autor percebe que o esporte

na escola, o esporte como prática de lazer de pessoas comuns e o esporte de rendimento também incorporam elementos relevantes para o entendimento do esporte como prática inclusiva.

Gomes Tubino, Garrido e Tubino (2006) enxergam o esporte na escola como elemento de inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade, enquanto Paes (2001) afirma que o ensino do esporte na escola pode propiciar, a uma quantidade maior de crianças, a oportunidade de acesso a esse fenômeno social e cultural, o que contribui para a inclusão.

Já o esporte conforme descrito por Pinto *et al.* (2014) é um campo organizador em que culturas diversas deparam-se no intuito da prática do desporto, ao lado de famílias, comunidades, escolas etc. O autor também afirma que o esporte de lazer é um direito social de todos os brasileiros, conforme reza a Constituição Federal de 1988, e que portanto se transforma num forte instrumento para a reversão do quadro de injustiça e vulnerabilidade social.

O esporte se constitui numa maneira de substituir a violência, por meio de uma competição controlada, em que o respeito à vida é o fator primordial

No que tange ao esporte de rendimento, torna-se relevante, no contexto atual, destacar o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento às Forças Armadas Brasileiras, tendo como objetivo fortalecer a equipe militar brasileira em eventos esportivos de alto nível, criado pelo Ministério da Defesa em parceria com o Ministério do Esporte em 2008.

Neste mesmo foco encontra-se o Programa Olímpico da Marinha do Brasil (Prolim). Dentre seus diversos objetivos, o Programa visa fornecer a atletas com desempenho excepcional, dentre eles jovens de baixa renda, formação militar-naval e incorporação à Marinha, apoiando-os técnica e financeiramente como atletas militares da Força e proporcionando-lhes o desenvolvimento físico adequadamente

assistido, a fim de possibilitar a revelação de novos talentos para o esporte, contribuindo, assim, para seu processo de inclusão social.

Azevedo e Gomes Filho (2011) tecem que é sensato que políticas de inclusão por meio do esporte incorporem oportunidades para a descoberta de novos talentos e o estímulo ao florescimento destes, oferecendo, inclusive, a crianças e jovens a oportunidade efetiva da escolha do esporte como ocupação valorosa e duradoura.

Com este mesmo foco nos jovens, Rittner e Breuer (2003) descrevem que a motivação destes ao se envolverem com o esporte ocorre, em parte, em decorrência da atividade esportiva ter se tornado um valor relevante para a cultura da sociedade

atual e por ser atraente em diversas culturas juvenis, em função da valorização do próprio corpo.

De acordo com Alves e Pieranti (2007), o esporte é uma forma de propiciar a socialização. Ele favorece a atividade desenvolvida no coletivo, o aprimoramento de uma consciência comunitária, a identidade e a representação simbólica da Nação, o que se faz visível em importantes competições.

Não é só o esporte comum que tem sido instrumento de inclusão social. O chamado esporte adaptado é outra ferramenta importante para as pessoas com deficiências físicas se sentirem parte da sociedade. Tendo raízes na reabilitação de soldados no momento pós-Segunda Guerra, o esporte adaptado pode ser definido como o esporte

modificado ou especialmente criado para ir ao encontro das necessidades únicas de pessoas com deficiência (GRUBANO, 2015). O esporte adaptado traz benefícios no sentido de proporcionar um enorme ganho de independência e autoconfiança na execução das atividades diárias, além de uma melhora do autoconceito, da autoestima e da capacidade física (GORGATTI, 2005).

Para Vargas (2011), evidencia-se a relevância do esporte adaptado para os deficientes na medida que há possibilidade de criarem um ambiente próprio para o convívio social, livre de rótulos e preconceitos, no qual estarão definitivamente incluídos, sem sofrer discriminação e, conseqüentemente, exclusão.

O Prolim visa fornecer a atletas com desempenho excepcional, dentre eles jovens de baixa renda, formação militar-naval apoiando-os técnica e financeiramente, revelando talentos e promovendo inclusão social

A FORMAÇÃO MILITAR COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Marinha do Brasil (2016), em seu *site* institucional, conceitua a formação militar como “a estruturação de um caráter verdadeiro, sólido, persistente e simples. É a conscientização do servir, do espírito de abnegação; o surgimento da motivação interior da disciplina, da força de vontade, mesmo em ambientes adversos”.

O General Otávio Costa, do Exército Brasileiro, afirmou que “o esforço principal da formação militar é um trabalho de autoconstrução, porque se trata muito mais de interiorizar valores do que de guardar conhecimentos”.

De acordo com Castro (1990), para a concretização da formação do militar, faz-se necessário um processo de socialização, o qual acarretará na diferenciação do militar em relação aos demais membros da

sociedade. Tal processo tem início nos cursos de formação militar, em maior intensidade, contudo é amadurecido durante a carreira. A fim de consolidar a formação, os alunos são acostumados a participar de atividades coletivas, como acampamentos e ordem unida, que servem para combinar características militares como o espírito de corpo, o qual fortalece o sentimento de pertencimento à instituição e aos valores absorvidos do coletivo.

O *site* do Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro (2016) traz importante contribuição no que concerne à visão da importância da formação militar:

O exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação.

Ao longo de sua vida profissional, o militar de carreira passa por um sistema de educação continuada, que lhe permite adquirir as capacitações específicas dos diversos níveis de exercício da profissão militar e realiza reciclagens periódicas para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho.

Contudo, vale ressaltar que a importância da formação militar não se dá apenas para o pessoal de carreira. No que concerne ao pessoal temporário, é importante tecer comentários sobre o Projeto Soldado Cidadão, que tem a missão de qualificar profissionalmente os recrutas que pres-

tam o serviço militar, complementando sua formação cívica cidadã e facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após o período obrigatório junto às Forças Armadas.

Esse projeto funciona desde 2004 e abrange todo o território nacional. Escolas técnicas e militares são

parceiras na capacitação dos jovens que estão deixando a farda para retornar à vida civil, facilitando, assim, sua inclusão social. Desde sua implantação, de acordo com informações constantes no *site* do Ministério da Defesa, cerca de 200 mil jovens já foram beneficiados pelo Soldado Cidadão, que oferece cursos em conformidade com a demanda do mercado de trabalho regional.

Neste mesmo diapasão, contribui Ferolla (2002) com sua visão sobre os benefícios proporcionados aos jovens oriundos de camadas mais pobres em face do aprendizado recebido no serviço militar:

(...) Neste contexto, gostaríamos de realçar os benefícios do serviço

“O esforço principal da formação militar é um trabalho de autoconstrução, porque se trata muito mais de interiorizar valores do que de guardar conhecimentos”

militar para os jovens oriundos das camadas mais pobres, concedendo-lhes oportunidade de ascensão social, com aprendizado técnico, noções de higiene, assistência médica, alimentação adequada e tantos outros modestos itens que despertam no jovem cidadão a consciência de uma vida mais digna, que lhes vinha sendo omitida.

Aqui vale lembrar que tal procedimento se faz de longa data nas Forças Armadas, como pode ser observado, por exemplo, no caso da criação da Companhia de Aprendizes-Marineiros de Sergipe. De acordo com Lima (2014), esta instituição militar iniciou suas atividades em 1868 e tinha como finalidade atender aos meninos órfãos e desvalidos. O objetivo era que eles servissem de mão de obra especializada

à Marinha e ao Brasil. A Companhia buscava formação específica de marujos e funcionava como escola em regime de internato. Nela os aprendizes faziam jus a alimentação, fardamento, material escolar e soldo mensal, assim como a assistência médica e religiosa, podendo, assim, ser integrados à sociedade.

Deste modo, observa-se que a proposta da formação do militar visa não apenas à formação profissional para o suprimento de mão de obra qualificada para os serviços militares, mas também à transmissão de valores e ensinamentos aos jovens, o que lhes permite maior facilidade de inserção social.

CONCLUSÕES

Este estudo buscou entender o significado da inclusão social e perceber como o esporte e a formação militar podem atuar como instrumentos para a redução da exclusão social no País.

Foi compreendido que só há como entender a inclusão a partir do momento em que se percebe que há pessoas excluídas na sociedade e que esta parcela de indivíduos está à margem de direitos sociais, como

Só há como entender a inclusão a partir do momento em que se percebe que há pessoas excluídas na sociedade e que esta parcela de indivíduos está à margem de direitos sociais, como saúde, educação, lazer, trabalho etc., ou seja, de sua cidadania

saúde, educação, lazer, trabalho etc., ou seja, de sua cidadania. Desse entendimento, surge a ideia de que há um paradigma da inclusão social, que consiste em tentar realizar ações, tais como o esporte e a formação militar, a fim de adequar os sistemas gerais da sociedade para que seja possível o convívio de diferentes tipos de pessoas.

A prática do desporto incentiva as pessoas a romper com o *status quo*, fazendo-as descobrir e exercitar novos talentos, assim como derrubar obstáculos, criando uma identidade e até a representação de Nação. Para os jovens, o esporte traz ainda os valores atuais de consciência do cuidado com o corpo, noção fortemente presente na sociedade de hoje.

No que tange aos deficientes físicos, o esporte propicia aumento da confiança, maior independência e amplia perspectivas de convívio social sem que haja preconceitos.

Quanto à formação militar, pode-se dizer que esta proporciona e incentiva o sentimento de servir ao próximo, a disciplina, a força de vontade, a construção de

valores e a participação no coletivo, entre diversos aspectos que favorecem a socialização do indivíduo.

Além desses pontos abordados acima, faz-se também mister colocar outras vantagens obtidas pelos jovens, principalmente os oriundos de camadas mais carentes, advindas da sua formação militar, como a de possibilitar formação cívica, qualificação técnico-profissional, noções de higiene, alimentação apropriada e assistência médica, além de diversos outros benefícios que poderiam ser aqui citados.

O estudo em pauta não pretendeu esgotar o assunto, propondo-se apenas a ser um referencial a mais para agregar conhecimento a esta discussão. Acredita-se que a elaboração de outros trabalhos versando sobre este tema no âmbito, principalmente, das Forças Armadas, onde o autor da pesquisa em tela trabalha, acarretaria uma melhor visão do que hoje é realizado na Marinha, no Exército e na Aeronáutica em termos de como sistematizar a prática do esporte e os cursos de formação militar, a fim de que houvesse o maior ganho possível no que tange à inclusão social.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PESSOAL>; Formação de pessoal; Esporte; Política interna; Sociologia;

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a Formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil. RAE – eletrônica, v. 6, n. 1, janeiro-junho, 2007. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/estado-formulacao-politica-nacional-esporte-no-brasil>>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- AZEVEDO, M. A. O.; GOMES FILHO, A. “Competitividade e inclusão social por meio do esporte”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 589-603, julho-setembro, 2011.
- CASTRO, C. Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 179 p.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÔMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, 2003, Bruxelas. Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social (2003-2005), 2003. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%eA52003DC0773>>. Acesso em: 16 ago. 2016.
- COSTA, O. Disponível em: <<http://tubicentenariosorio.blogspot.com.br/2008/08/frases-do-general-osrio.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- DA COSTA, L. (organizador). Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/arquivos/atlas/atlas.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Centro de Comunicação Social do Exército, 2016. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/centro-de-comunicacao-social-do-exercito/a-profissao-militar>>. Acesso

- em 10jul. 2016.
- FEROLLA, S. X. “O papel das Forças Armadas na sociedade brasileira”. *Revista do Ministério Público Militar*, n. 18, 2002.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES-TUBINO, M. J. *Dimensões sociais do esporte*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GRUBANO, E. C. O esporte adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3075/1/Everson%20Cardoso%20Grubano.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2016
- KELLY, L. Social inclusion through sports-based interventions. *Critical Social Policy*. v.31, n.1, p.126-150. 2010.
- LIMA, C. “Inclusão: uma utopia do possível”. *Revista Nova Escola*. n. 123, p. 14-7, 2014.
- LIMA, S. S. “Companhia de aprendizes-marinheiros de Sergipe: algumas considerações sobre corpo e gênero”. *Revista Ambivalências*. v. 2, n. 3, p. 153-169, 2014.
- MARINHA DO BRASIL. Escola Naval. Formação Militar Naval. 2016. Disponível em:<https://www1.mar.mil.br/en/formacao_militar_naval>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- MARTA, T. N. “Exclusão social x vida digna: direito ao trabalho das pessoas com deficiência, uma questão de princípios”. *Revista Argumenta Journal Law*. n. 12, p. 75-98, 2010.
- OLÉIAS, V. J. “Políticas públicas esportivas no neoliberalismo”. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, n. 12, p. 66-76, maio, 1999.
- PAES, R. R. *Educação física escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental*. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.
- PINTO, M.S.L. *et al.* “Nas pegadas do esporte de lazer”. In: *Legados do Esporte Brasileiro*. 5. Ed. Florianópolis: Udesc, 2014.
- RABIA, S.; CHRISTOPOULOS, T.; PINTO, A.; GRISOLIA, D. “Inclusão digital, emprego e inclusão social”. In: Encontro nacional da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração, 30., 2006. Salvador. Anais...Salvador: Anpad, 2006.
- RITTNER, V., BREUER, C. “Soziale Initiativen im Jugendsport” In: SCHMIDT, W., HARTMANN-TEWS, I., BRETTSCHEIDER W.-D. (Orgs). *Erster Deutscher Kinder-und Jugendsportbericht*. Schorndorf: Karl Hofmann. p. 381-399, 2003.
- SASSAKI, R. K. “Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão”. *Revista Nacional de Reabilitação*. São Paulo, julho-agosto, 2004.
- SPOSATI, A. “Exclusão social abaixo da linha do equador”. In: Vêras, Maura Pardini Bicudo (Ed.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999. p. 126-138.
- TUBINO, M. J. G.; GARRIDO, F.; TUBINO, F. *Dicionário enciclopédico Tubino do esporte*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio, 2006.
- VARGAS, L. S. Pessoas com deficiência e esporte adaptado: a questão da inclusão e da inserção social. 2011. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2011.
- WELLER, M. J. *Esporte e educação não-formal: as atividades esportivas como fator de inclusão social para jovens em situação de risco*. 2005.